



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638579 - SP (2021/0001260-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIELA GABRIEL - SP225645
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATHEUS NUNES LOPES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATHEUS NUNES LOPES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravamento em Execução Penal n. 0011531-37.2020.8.26.0502).

O paciente encontra-se submetido ao cumprimento da pena pela prática de crime hediondo.

A impetrante sustenta o equívoco do acórdão impetrado ao manter a exigência do cumprimento de 60% para a progressão de regime, porquanto o paciente não é reincidente específico na prática de crime hediondo ou equiparado.

Alega que deve ser observada a regra do art. 112, V, da Lei de Execução Penal, segundo a qual a progressão de regime depende do cumprimento de apenas 40% da reprimenda, haja vista a ausência de norma específica para o enquadramento do caso concreto, devendo prevalecer a regra mais benéfica ao apenado como consequência lógica do fenômeno da *novatio legis in melius*.

Requer, liminarmente, a transferência do paciente para o regime menos rigoroso mediante o cumprimento de 40% da reprimenda a que foi condenado pelo crime hediondo. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente